

Da chegada do monetarismo ao Chile à elaboração da Constituição Chilena de 1980 - a consolidação do Neoliberalismo

De la llegada del monetarismo en Chile a la elaboración de la Constitución Chilena de 1980 - la consolidación del Neoliberalismo

Vítor Nazaré Pereira

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

vitornzare@hotmail.com

Recebido: 19/10/2024

Aprovado: 27/01/2025

Resumo: Este artigo pretende explicar o processo que culminou, durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973 - 1990), na ascensão do Chile como o primeiro país a aplicar a corrente econômica monetarista em larga escala. Remontamos este trajeto desde a origem dessa escola, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, passando pela chegada de seus primeiros teóricos no país andino, até a promulgação da Constituição de 1980 pela ditadura chilena, consolidando as profundas transformações no Estado, que se tornaram a tendência do chamado “Neoliberalismo”. Este trabalho busca compreender como os neoliberais chilenos conquistaram seu espaço no regime militar, aliando-se à cúpula e derrotando setores que recusaram os protocolos ultra liberais. A partir desse processo, será possível analisar os princípios que movem essa concepção que extrapola o campo econômico, tornando-se uma nova organização social, com um entendimento particular da política, do papel do Estado, e do lugar do indivíduo perante a sociedade.

Palavras-chave: Chile; Ditadura; Neoliberalismo

Abstract: Este artículo pretende explicar el proceso que culminó, durante la dictadura de Augusto Pinochet (1973 - 1990), en la ascensión de Chile como el primer país a aplicar la corriente económica monetarista en gran escala. Remontamos este trayecto desde el origen de esta escuela, inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial, pasando por la llegada de sus primeros teóricos al país andino, hasta la promulgación de la Constitución de 1980 por la dictadura chilena, consolidando las profundas transformaciones en el Estado que se convirtieron en la corriente del llamado “Neoliberalismo”. Este trabajo busca comprender cómo los neoliberales chilenos conquistaron su espacio en el régimen militar, firmando alianzas con la cúpula y aislando facciones que recusaron los protocolos ultra liberales. A partir de este proceso, será posible analizar los principios que impulsan este concepto que

trasciende el ámbito económico, para convertirse en una nueva organización social, con una comprensión muy diferente de la política, del papel del Estado y del lugar del individuo en la sociedad.

Palabras-clave: Chile; Dictadura; Neoliberalismo

A ofensiva ideológica neoliberal

A forte presença da teoria neoliberal econômica no Chile, desde meados da década de 1970, se iniciou com a cooperação dos chamados *Chicago boys* com as Forças Armadas chilenas. O grupo de economistas oriundos do intercâmbio com a Universidade de Chicago, antevendo o golpe que iria depor o presidente socialista Salvador Allende, conseguiu conquistar a confiança de certas parcelas militares no planejamento do futuro regime. Reuniram as insatisfações que militares e grandes empresários sentiam em relação à gestão da Unidade Popular (UP), e apresentaram suas novas políticas econômicas como a via para a reversão da profunda crise econômica que ocorreu no final do período Allende.

Amparados em sua ideologia radicalmente liberal, os *Chicago boys* possuíam críticas à forma como o Chile dirigia sua economia historicamente, não somente à forma como Allende e a UP dirigiam. Condenavam a concentração do poder decisório econômico no Estado, e apontavam a recorrência dessa atitude desde a década de 1930 (DÉLANO; TRANSLAVIÑA, 1989, p. 26). O governo UP era, na visão deles, o expoente máximo da presença estatista na economia chilena. De acordo com eles, as políticas que visavam mudanças estruturais socialistas, a partir da centralização da economia na iniciativa estatal, reforçaram a discricionariedade do poder político nas ações do Estado. Isto é, uma excessiva liberdade de ação do Executivo que se baseia não no rigor científico, mas sim na popularidade política no curto prazo.

A política de mudanças estruturais socialistas, principalmente no campo da propriedade, operou por meio de fixação de preços, nacionalizações de áreas como a mineração de cobre, estatizações de grandes empresas e do sistema bancário; o programa estatista também outorgou subsídios em determinadas atividades e operou um rígido controle alfandegário, aumentou consideravelmente os salários públicos, financiados com emissão monetária do Banco Central (FRENCH-DAVIS, 1999, p. 28-29). O programa, que inicialmente mostrou bons sinais, não obteve sucesso e a partir de 1972 se iniciou uma profunda recessão: crescente déficit fiscal, acompanhado por uma espiral inflacionária causada pela emissão e pela fragilidade cambial. A situação se agravou com

uma porção de eventos negativos: os sucessivos atentados perpetrados pela extrema direita golpista (AGGIO, 1993, p. 137 – 142), a ação dos grandes empresários para minar as estratégias governamentais, e a impossibilidade da UP de firmar acordos com a Democracia Cristã (DC), se isolando politicamente (Cf. BITAR, 1980; ALTAMIRANO, 1979; AGGIO, 1993).

Ao clima geral de desordem e guerra civil, a solução da extrema-direita prevaleceu: o ataque ao *La Moneda* instituiu um governo autoritário, empenhado na “defesa moral da nação”, na necessidade imediata de “recuperação econômica”, e na restauração, segundo eles, de uma institucionalidade “ameaçada pelo marxismo”. Em questão de horas, os golpistas conseguiram tomar o controle de praticamente todo o país. Reunidos os líderes das respectivas alas das Forças Armadas, formada a Junta de Governo, o recém-instituído regime castrense se deparou com um novo desafio: formarem, dentre a pluralidade ideológica presente tanto nos militares como na sociedade civil, um plano de governo que pudesse estabilizar política e economicamente o Chile, levando-o de volta à “trilha do desenvolvimento”.

Sobre esse impasse inicial, diversos autores e autoras se debruçaram; em especial a jornalista chilena Pilar Vergara (1984, p. 7) que remonta esse período inicial da ditadura, num momento de indefinição ideológica. A autora explica o dilema militar que surge após o sucesso do golpe: empenharem-se num sentido fundacional, de revolução da sociedade chilena, ou empregar os esforços do regime na restauração do país, assegurando a ordem momentaneamente para uma posterior transição à democracia. E é nesse momento incerto que a doutrina econômica neoliberal passa a ganhar relevância: a corrente monetarista de Chicago adentrou os planos de certas alas castrenses, e ao decorrer dos anos construiu sua hegemonia no planejamento do governo ditatorial, expandindo-se como um movimento político e cultural, num sistema até então inédito para o mundo.

Portanto, para continuar sobre o processo de ascensão da preeminência monetarista durante o governo de Augusto Pinochet, esta pesquisa precisa se voltar agora para a origem do grupo de economistas conhecidos como *Chicago Boys*. Estes são os chilenos que fizeram parte da difusão de tais doutrinas no regime militar, que inauguraram a primeira experiência econômica neste sentido em todo o mundo.

Chicago Boys

O fenômeno do monetarismo, enquanto uma teoria econômica distinta das demais correntes inscritas no liberalismo, surgiu como uma reação às políticas estatais intervencionistas que se tornaram um padrão após a Segunda Guerra Mundial. O economista austríaco Friedrich Von Hayek, em 1944, escreveu a obra *O Caminho da Servidão*, onde se inicia a oposição aos mecanismos de regulação do mercado e de bem-estar social arcadas pelo Estado; este alertava sobre o risco às liberdades individuais que o protecionismo pautado no *welfare state* representaria ante a iminente vitória do Partido Trabalhista Inglês em 1945.

Poucos anos mais tarde, em 1947, as inquietações de Hayek reverberaram ao longo do Atlântico, reunindo outros economistas que compartilharam seu pensamento. Não somente na Europa, como nos Estados Unidos, tais medidas já se faziam presentes desde antes da Segunda Guerra, consolidadas em torno do *New Deal* lançado pelo presidente Franklin D. Roosevelt: neste, o papel intervencionista do governo foi chave para a recuperação do *crash* do mercado financeiro estadunidense após 1929. O período entre guerras viu a construção de uma corrente contrária à liberalização total de mercados, uma prática econômica negativamente estigmatizada após a Grande Depressão; o economista de Cambridge, John Maynard Keynes, sintetizou a escolha geral por um Estado regulador em sua obra *Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda*, publicada em 1936. Nesta obra, que se tornou a fundação do que se conhecerá como a Escola Keynesiana, argumentou-se como é errada a aceção de que quanto maior a competitividade mercantil, maior será o nível de emprego nesta sociedade; de forma geral, Keynes refutou uma concepção que mais tarde seria quase um dogma neoliberal: a de que somente numa economia monetária há pleno emprego. Segundo ele, na realidade o sub-emprego e investimentos deficitários seriam provavelmente a situação, a menos que sejam feitas medidas para o corte do desemprego. A questão fundamental não residiria então no nível de competitividade e sim no esforço de se manterem níveis adequados de emprego e de distribuição de renda; quando aplicadas, as receitas keynesianas se traduziam no esforço estatal de regulação de preços e proteção alfandegária para os produtos nacionais, incentivando a substituição de bens que anteriormente tinham de ser importados, bem como no investimento em programas de assistência e criação de empregos.

Hayek reuniu seus correligionários sob a Sociedade de *Mont Pèlerin*, engajados na difusão de uma nova ideologia capitalista; dentre os companheiros, constava Milton Friedman, recém-chegado ao posto de professor de economia na Universidade de Chicago. Nas duas décadas seguintes à formação da Sociedade, o triunfo das economias planejadas pelo Estado frustrou seus planos; entretanto, suas

formulações acerca dos riscos do assistencialismo perduraram. Sobre esse ponto, o historiador inglês Perry Anderson (1995, p. 9-10), em *Balanço do Neoliberalismo*, discorre:

A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo — na realidade imprescindível em si —, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.

Ante o sucesso das economias planificadas, a Organização das Nações Unidas fundou em 1948 a *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL). A CEPAL tornou-se difusora de correntes de pensamento econômico estruturalistas para o desenvolvimento dos países latino-americanos, sediada em Santiago. Raúl Prebisch, o economista argentino que liderava a comissão, era um renomado teórico estruturalista, e conseguiu consolidar seu pensamento como a base científica do projeto. Aliando-se às ciências sociais, os estruturalistas viam a necessidade de reformar o sistema capitalista na América Latina, optando pelo intervencionismo estatal como o instrumento pelo qual seriam feitas as reformas; o que representava a sincronia da CEPAL com as correntes keynesianistas de políticas econômicas, o grande inimigo da Sociedade de *Mont Pèlerin*. A possibilidade de reformas sociais profundas no capitalismo latino-americano era um risco grande para a política externa estadunidense. Em meio à preeminência da CEPAL nas deliberações econômicas no Chile, foi iniciado um intercâmbio acadêmico de orientação monetarista entre os Estados Unidos e estudantes chilenos, que deu origem ao grupo dos *Chicago Boys* (SILVA, 2008, p. 147).

A chegada dos anos de 1950 marcava um panorama distinto da década anterior, conforme a fase da Guerra Fria se assentava. Em 1949, o presidente Harry S. Truman lançou um pacote de planos de apoio internacional aos países em desenvolvimento, buscando frear quaisquer levantes que ampliassem a esfera de influência comunista sobre regiões de baixos níveis de qualidade de vida. Tais programas contribuíram com conhecimento e assistência técnica, e até com verbas para recuperação econômica — vide o notório Plano Marshall. Albion Patterson integrava a equipe de um plano específico para o Chile que, em cooperação com o governo chileno, tinha por propósito modernizar o setor agrícola chileno: o *Plan Chillán*, criado em 1953 (VALDÉS, 1995, p. 109 - 113). Patterson passou a conhecer Theodore W. Schultz, renomado economista, decano do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, e conselheiro da *National Planning Association* (NPA), que avaliava a

efetividade de programas de assistência técnica. Por meio da interação com Patterson, Schultz firmou um acordo entre a *Pontificia Universidad Católica de Chile* (PUC) e seu departamento acadêmico: um programa de intercâmbio onde professores de Chicago ensinariam em Santiago, e os melhores estudantes seguiriam seus estudos de pós-graduação em Economia nos Estados Unidos. A interação começou em 1956, conhecida por *Chile Project*, e recebeu o apoio do *Point 4 Program*, um dos planos de cooperação internacional de Truman focados em compartilhar o *know-how* estadunidense para outras nações (MONTES, 2016, p. 123).

Diversos fatores, inscritos num contexto de disputa internacional de esferas de influência sob a Guerra Fria e num embate ideológico entre duas escolas econômicas vigentes antagônicas no Ocidente, foram determinantes para firmar tais contratos entre universidades. Juan Gabriel Valdés (1995, p.89) elenca-os em seu livro *Pinochet's economists*; citando Theodore Schultz em uma avaliação deste mesmo contexto dada à NPA, onde tais fatores são explicitados:

A União Soviética está fazendo uma série de novas jogadas para engrandecer seu papel e fortalecer sua posição em países pobres. [...] A União Soviética, com suas ousadas novas jogadas, já ganhou muita liberdade de ação, enquanto nos mantemos de lado, sobrecarregados com inflexibilidade. Os Estados Unidos devem fazer um balanço de seus programas econômicos no estrangeiro... nós queremos (que os países pobres) alcancem sua salvação econômica se relacionando conosco e através da nossa forma de atingir seu desenvolvimento econômico¹⁹(Tradução nossa).

A citação evidencia que o compartilhamento de teorias e técnicas econômicas para a América Latina era primeiramente um instrumento da política externa estadunidense para impedir quaisquer avanços soviéticos sobre o Chile, onde as crises econômicas poderiam ser manipuladas em favor do fortalecimento de um movimento marxista. Logo, como Schultz destaca, os programas econômicos no estrangeiro eram imbuídos pelo esforço de *homeland security*; ante o risco comunista, tais programas necessitavam identificar as características chilenas que impediavam o progresso, e corrigi-las por meio das receitas estadunidenses, integrando-os ao “mundo livre” ocidental.

Ademais, a percepção oficial do governo estadunidense sobre o Chile propiciava a união de sua política externa anticomunista e a expansão de um pensamento neoliberal nas Américas (VALDÉS, 1995, p. 90 - 92). Julgavam que o fator inflacionário era mal manejado devido à primazia de tendências

¹⁹ No original : « The Soviet Union is making a series of new moves to enlarge its role and strengthen its position in poor countries. [...] The Soviet Union, with its bold new moves has already gained much freedom of action, while we stand by, burdened with inflexibility. The United States must take stock of its economic programs abroad... we want [the poor countries] to work out their economic salvation by relating themselves to us and by using our way of achieving their economic development ».

socialistas ou estatistas nas últimas três décadas, que também eram percebidas nas universidades e, consequentemente, nos economistas chilenos. Em virtude dessa percepção, demandava-se o confronto dessas tendências com a promoção do livre-mercado (e, portanto, a abertura para a participação massiva do capital norte americano), e treinando profissionais locais a partir dos valores estadunidenses de desenvolvimento.

Dadas as especificações sobre o caso chileno, o departamento de Economia da Universidade de Chicago se encaixava perfeitamente ao posto. De igual modo, interessava aos seus professores o combate às teorias de desenvolvimento planejado, e através dessa oportunidade poderiam atuar exatamente em Santiago, sede do centro difusor do Keynesianismo nas Américas. Numa perspectiva diversa da que possuíam os profissionais da CEPAL, os acadêmicos de Schultz não contribuíam com o desenvolvimento chileno em bases subsidiárias, e sim com o compartilhamento de conhecimento e capacidades (VALDÉS, 1995, p. 96 – 99). Para além do campo ideológico, participar em programas de cooperação governamental também garantia à Universidade os fundos para financiar seus programas de graduação, e abriam portas para outras fontes como as fundações Ford e Rockefeller (VALDÉS, 1995, p. 98 - 99).

A chegada dos docentes norte-americanos impulsionou a criação do *Centro de Investigaciones Económicas* em Santiago, tomando por propósito adequar os postulados liberais à realidade andina. Através da instituição se organizaram pesquisas de longa duração acerca das vicissitudes econômicas experimentadas pelo Chile, que seriam continuadas em Chicago; professores desta universidade foram recebidos no *Centro*, onde se empenharam na busca de soluções para o desenvolvimento chileno por meio das teorias monetaristas (SILVA, 2008, p. 148). À medida que os jovens chilenos completavam seus estudos de pós-graduação no estrangeiro, estes retornavam à PUC-Santiago, para se tornarem professores no Departamento de Economia. Continuamente, mantinham a disseminação do protocolo neoliberal, formando novas gerações de estudantes nas teorias de Milton Friedman.

Durante o restante da década de 50, e ao longo da década de 1960, o programa de interação Chile-EUA cresceu: recebiam aulas de docentes do principal centro acadêmico de orientação neoliberal, contavam com investimentos não somente do governo, bem como de empresas americanas. Todavia, a CEPAL, sob o controle das Nações Unidas, recebia o maior financiamento. Através da CEPAL, o *Latin American Institute for Economic and Social Planning* formou várias pessoas baseadas no “novo igualitarismo”: aponta-se que, após a incorporação do *Point 4 Program* pela USAID (*US Agency for International Development*) em 1961, houve um significativo aumento no investimento. Sob a Aliança

para o Progresso, programa do presidente J.F. Kennedy, o Chile recebeu 720 milhões de dólares entre 1961 e 1970. Este foi o maior valor *per capita* entregue a um país latino-americano (COLLIER; SATER, 1996, p. 310).

Acerca da recepção inicial dos economistas formados em Chicago, em um Chile predominantemente keynesiano, Montes (2016, p.124) ressalta:

No começo, os economistas chilenos educados em Chicago eram considerados uma estranha raça intelectual no Chile. De fato, não foram influentes nas administrações de Alessandri, Frei Montalva ou Allende. Pelo contrário, em um contexto keynesiano e marxista onde a CEPAL era a instituição líder em assuntos econômicos, suas ideias econômicas liberais eram alheias à realidade acadêmica, intelectual e institucional do país (Tradução nossa).²⁰

De fato, desde o início das relações intelectuais entre Chicago e Santiago, pouquíssimo ou nenhum espaço foi cedido aos partidários de um mercado livre de intervenções. O governo do general Ibáñez del Campo (1952-1958) foi marcadamente protecionista, apoiado pelos partidos Agrário Laborista e Socialista Popular, e responsável pela criação de várias empresas estatais. Seus sucessores também não escaparam da tendência, e o governo de Alessandri (1958-1964) e do democrata-cristão Frei Montalva (1964-1970), mesmo praticando gestões mais liberais ao capital externo que Del Campo, igualmente ignoraram os *Chicago Boys*. Ao longo de três diferentes mandatos, sob três diferentes espectros políticos, “a visão de uma economia aberta e competitiva era considerada radical ou, ao menos, estranha” (MONTES, 2016, p. 125).

Apesar de descompassados com a cultura protecionista em voga, ainda existiam diversos intercambistas chilenos empenhados em transformar a economia por meio de seus estudos em Chicago. Se desde finais da década de 50 não conseguiam se infiltrar nas cúpulas decisórias, foi aproximadamente uma década depois que os neoliberais santiaguinos conquistaram um espaço. E isto se deu através do interesse do dono do maior conglomerado empresarial do Chile, Agustín Edwards, que em meados da década de 60 possibilitou aos *Chicago boys* seus primeiros passos fora do campus. Este, que já era notório pela proximidade cultural e financeira com os Estados Unidos, viu com bons olhos as propostas de abertura total ao mercado internacional, passando a empregar professores e estudantes da Faculdade de Economia da PUC nas empresas do *Edwards Group*. O principal jornal

²⁰ No original: “En un comienzo los economistas chilenos educados en Chicago eran considerados una extraña raza intelectual en Chile. De hecho, no fueron influyentes en las administraciones de Alessandri, Frei Montalva o Allende. Por el contrario, en un contexto keynesiano y marxista donde la Cepal era la institución líder en asuntos económicos, sus ideas económicas liberales eran ajenas a la realidad académica, intelectual e institucional del país.”

conservador do Chile, *El Mercurio*, também uma das empresas do grupo, destinou uma seção nas publicações para tratar de economia, e, por vezes, convidava alguns dos chilenos formados em Chicago para escrever (VALDÉS, 1995, p. 232).

Uma vez sob o mecenato empresarial, os *Chicago boys* deram continuidade ao *Centro de Investigaciones Económicas*, fundando uma instituição semelhante independente da universidade católica. O CESEC (*Centro de Estudios Socio-Económicos*) foi o indício de que uma década de interação internacional havia conseguido criar uma geração formada na escola neoliberal, com o potencial para alterar as bases capitalistas locais. Edwards, um exemplo da expansão ideológica, via no centro uma oportunidade para suprir a falta de embasamento científico nas deliberações econômicas da direita (VALDÉS, 1995, p. 227).

O centro nasceu já empenhado em um imenso desafio: sob a expectativa das eleições presidenciais de 1970, nas quais o candidato abertamente marxista Allende inquietava tanto centristas (que representavam a Democracia-Cristã de Eduardo Frei) quanto direitistas (reunidos em torno do Partido Nacional), o CESEC era responsável pela redação do plano econômico da candidatura de Jorge Alessandri, que tentava seu segundo mandato apoiado pela direita chilena. Num profundo contraste com as propostas do oponente Allende, o centro de estudos reuniu as principais recomendações de Chicago: a liberalização de mercados, seguida da abertura da economia para a competição internacional; o encorajamento da iniciativa privada e a retirada do Estado da economia, através da venda de empresas públicas e da redução da burocracia (SILVA, 2008, p. 149). O programa, entretanto, não angariou apoio suficiente entre a direita – mais um sinal da desarmonia entre *Chicago boys* e o clima político-econômico vigente –, por tratar-se de algo “difícil de se implementar em uma democracia” (O’BRIEN, 1982), ainda assim “a campanha foi útil em ganhar importantes aderentes ao plano de Chicago entre homens de negócio essenciais”.

Dessa forma, ainda que a vitória de Salvador Allende em 1970 apontasse para um futuro cada vez mais distante de um Chile idealizado pela Universidade de Chicago, percebe-se que o alto empresariado depositava valor no que receitavam os *Chicago boys*. Conforme O’Brien (1982), ganhar a adesão de grandes homens de negócios tornava-se essencial, pois mostrava a estes uma nova alternativa à uma “cultura capitalista” de atuação e regulação estatal de aproximadamente quatro décadas de vigência. Em tempos de “ameaças marxistas” (MONTES, 2016, p. 1970) empossadas no *La Moneda*, os gigantes da iniciativa privada teriam urgência em formar um plano político-econômico que oferecesse resistência às nacionalizações e expropriações esperadas para o mandato da UP. Tal urgência

se faz evidente pelo turbilhão de diferentes alternativas empenhadas em superar o governo Allende, passando desde as oposições institucionais, aos planos para as futuras eleições de 1976, às ações extralegis.

Demonstrando grande noção estratégica, os economistas da PUC aproveitaram da profunda recessão chilena para aconselhar quase todos os grupos em oposição à UP. Aproximadamente todas as vias de ação receberam apoio estadunidense, e, portanto, de forma geral quase todas implicavam em uma maior aproximação econômica com o governo americano (VALDÉS, 1995, p. 241 - 252). Aquelas sobre os conselhos de formandos de Chicago logicamente apresentaram os projetos mais radicais no que se tratava do livre-mercado, mesmo que em um possível contexto ditatorial.

Dentre todos os movimentos, aquele que gerou o impulso determinante na concretude de uma receita neoliberal feita sob medida para o Chile, foi aquele orquestrado pela Marinha. Assim que tais forças convergiram para a derrubada da *Unidad Popular*, suas autoridades requisitaram a dois ex-oficiais, Roberto Kelly e José Radic, que organizassem um protocolo econômico para guiar o regime militar. Ambos eram funcionários de Agustín Edwards no *El Mercurio*, e a partir de Emílio Sanfuentes, um *Chicago boy* envolvido na formulação de planos nesse sentido, os dois ex-oficiais entregaram um documento elaborado pelos companheiros de Sanfuentes às Forças Armadas. Este ficaria conhecido como *El Ladrillo*, a rocha fundacional da transformação neoliberal no Chile (VALDÉS, 1995, p. 251 - 252).

Ainda que a união entre um grupo que se coloca como herdeiro de uma tradição liberal e um movimento golpista pareça contraditório, em vista de seus objetivos, tal aliança não constituía um problema para os *Chicago boys*. Pelo contrário, esta era a oportunidade pela qual os economistas esperavam.

Para esse neoliberalismo adaptado para o combate às economias planificadas, a democracia não representava um valor fundamental. Anderson explica como, desde a formação de *Mont Pèlerin*, os teóricos neoliberais postulavam os abusos que as democracias podem fazer incidir sobre as liberdades individuais; nesse entendimento, tal “abuso democrático” residia na situação em que, dependendo da maioria, governos demagógicos poderiam intervir sobre os direitos irrestritos de cada agente econômico de dispor de sua propriedade da forma que quisesse (ANDERSON, 1995, p. 18). Ou seja, o êxito das reformas, no caso chileno, dependia da manutenção de um contexto sociopolítico favorável, o que significa a supressão de quaisquer oposições internas ou externas, institucionais, parlamentares ou sindicais àquele programa que era revestido de uma autoridade dogmática, alheio às tribulações

políticas. Logo, visando à obtenção das condições necessárias, a aliança com a cúpula militar foi um grande golpe de oportunidade:

A violência, portanto, passa a ter um papel central na constituição do Estado neoliberal. O fogo ameaçador, aquele que impõe a morte, tortura e exílio aos perdedores, o medo que ronda pelas ruas atrás de fuzis e capacetes militares. Essa violência constitutiva é necessária para reconstruir o capitalismo. (RAMOS, 2009, Tradução nossa)²¹.

A virada neoliberal chilena

A derrubada de Allende não instituiu automaticamente a virada neoliberal no Chile. Apesar de existirem facções identificadas com o monetarismo, o desenvolvimentismo econômico estatista era o paradigma principal dentre a coalização golpista, ainda que em um cenário de crise mundial. A ascensão da primeira experiência neoliberal do mundo dependeu da eliminação dessa doutrina nos círculos militares e posterior aplicação gradual de novas medidas. E, após estabilizar a crise geral sob a sociedade chilena, definitivamente transformar o Estado através de reformas em quase todas as suas atividades.

Não foi exclusivamente a custo da iniciativa dos *Chicago boys* que eles lograram sucesso com o projeto, tendo em vista que a palavra final sempre esteve na voz de Augusto Pinochet. Portanto, neste tópico pretendemos revisitar os fatores que ajudam a compreender o sucesso do projeto, passando pelos três estágios supracitados até as primeiras iniciativas voltadas à consolidação das reformas neoliberais. Neste momento, este artigo tem de se voltar para o âmbito militar do processo de transformação neoliberal do Chile. Assim como para os *Chicago boys*, a partir de certo ponto o regime castrense visualizou vantagens em uma virada exacerbadamente liberalizante, e portanto distanciou-se de uma tradição estatista de décadas para um modelo pioneiro – buscaremos agora remontar o contexto dessa mudança paradigmática liberal dentro do regime militar.

A crise resultante do governo Allende, que impeliu sua derrubada, se manifestou em dois grandes problemas bastante caros aos militares: a saber, a profunda recessão econômica e instabilidade política geral, que poderia acarretar em um levante marxista. Ambos os problemas representavam sérios danos à capacidade defensiva das instituições armadas e das possibilidades de desenvolvimento para o país – seja na escassez de recursos, ou nas ameaças à coesão nacional – demandando, como

²¹ No original: “La violencia por tanto pasa a tener un rol central en la constitución del Estado neoliberal. El fuego amenazante, aquel que impone la muerte, tortura y el exilio a los perdedores, el miedo que ronda por las calles tras fusiles y cascos militares. Esa violencia constitutiva es necesaria para reconstruir el capitalismo.”

Verónica Zárate (2001, p. 174) verifica, a “revitalização do princípio de autoridade, a disciplina social e uma condução política eficaz”, através do uso da violência e de um regime autoritário. Somente a partir de tais elementos seria possível retomar o caminho da eficiência, de acordo com a visão castrense.

Os princípios verificados por Zárate, que nortearam os primeiros momentos do regime militar, reverberam na análise de Manuel Chateau (2012, p. 183) sobre os objetivos iniciais do golpe de 1973, os quais eram:

[...] restabelecer a ordem social e econômica, a unidade nacional e dar a força suficiente ao Estado chileno para resistir qualquer agressão externa ou interna. O único consenso básico que existia entre a oficialidade golpista foi possível pela necessidade de pôr fim a um governo (a Unidade Popular) ao qual se considerava como caótico e ideologizado (Tradução nossa).²²

Este consenso a que Chateau se refere liga-se à percepção militar citada anteriormente sobre o excesso de polarização no período UP: o governo “caótico e ideologizado” exemplificava o prejuízo que trazia a polarização ao desenvolvimento nacional, onde, segundo o Gen. Leigh, “a capacidade e a técnica são postergadas ante a militância partidária, em um mundo que cada dia exige maiores conhecimentos científicos e técnicos para solucionar eficazmente os problemas sociais” (REVISTA DE LA FUERZA AÉREA DE CHILE, 2019, p. 5 - 6). O regime castrense teria então um caráter tecnocrático, dirigindo a máquina pública seguindo critérios menos “políticos”, sempre atento à manutenção de uma ordem e unidade nacionais ante as ameaças da luta interna de classes.

Olhadas em retrospectiva, as primeiras medidas da ditadura chilena estiveram na esteira da referida tradição de onde os militares herdaram as concepções estatistas de desenvolvimento econômico, tradição esta que diversos dos autores consultados nomeiam como Ibañista. O general, anteriormente ao regime democrático da década de 1950, havia comandado um breve período autoritário entre as décadas de 1920 e 30, introduzindo as tendências internacionais de planificação estatal. Não somente, diversos outros valores e correntes teóricas que em 1973 eram a base do planejamento da Junta de Governo, foram originadas pela iniciativa de Ibáñez del Campo, como a descrença aos partidos políticos e a participação militar no *desarrollo nacional*. Estes explicavam a opção por uma gestão pública tecnocrata, cientificista, e que trouxe para os debates castrenses os *Chicago boys*. Ainda que envoltos numa maioria keynesiana, alguns militares, como o Almirante Merino da Marinha,

²² No original: “[...]restablecer el orden social y económico, la unidad nacional y darle la fuerza suficiente al Estado chileno para resistir cualquier agresión externa o interna. El único consenso básico que existía entre la oficialidad golpista estuvo dado por la necesidad de poner fin a un gobierno (la Unidad Popular) al cual se lo consideraba como caótico e ideologizado.”

junto de outros subordinados, já possuíam proximidade com os monetaristas ao articularem o *El Ladrillo*, e ao longo dos anos iriam apoiá-los na conquista de espaço.

Desde os primeiros momentos do regime, Merino atuava visando expandir o poder de influência dos *Chicago boys* sobre as deliberações para a solução da recessão: o almirante, responsável pela ordem que gerou o *El Ladrillo*, foi encarregado do comitê econômico da Junta; sob sua indicação, Sergio de Castro, egresso da Universidade de Chicago, foi cotado para assistir o general responsável pelo Ministério da Economia; Roberto Kelly, ex-oficial da Marinha, anteriormente citado pela participação no *El Ladrillo*, ficou a cargo do órgão de planificação econômica nacional, a ODEPLAN (CHATEAU, 2012, p. 187).

Ao longo dos dois primeiros anos ditatoriais a onda neoliberal não encontrou espaço no regime. Logicamente, visando à quebra da militância socialista da UP, tanto os partidos quanto sindicatos e movimentos *obreros* foram eliminados, e as dimensões da economia estatista pregressa foram reduzidas. Entretanto, nenhuma alteração radicalmente liberal ainda tinha aparecido: a privatização e devolução de empresas nacionalizadas se estenderam até o ponto em que somente àquelas estatizadas por Allende foram devolvidas, mantendo-se a forte presença estatal nos setores em que já atuava mesmo antes do governo socialista, representados pela *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO). Mantiveram também os órgãos e ministérios de planificação. De forma geral, sob a perspectiva dos *Chicago boys*, o regime inicialmente logrou afastar a insurgência socialista, mas, até então, não buscavam se afastar do modelo de estado de compromisso. O agravamento da recessão chilena, resultado do estouro de uma crise no abastecimento de petróleo mundial a partir de 1973, deu o impulso necessário para a superação do modelo. Nos primeiros dois anos, as alas civis que nutriam otimismo pelo fim do governo Allende encontraram-se angustiadas ao ver que, ao menos em relação às finanças, a situação se parecia muito com a vivenciada anteriormente. Para 1975, a ODEPLAN, sob o comando de Kelly, apresentou à Junta um cenário desesperador: a alta astronômica do preço do petróleo acompanhada pela baixa dos preços do cobre, seu principal produto para exportação, além de cifras inflacionárias semelhantes às da UP.

Protagonizadas pela ditadura andina, demais países americanos e europeus reagiram à grande crise do início da década de 1970 com a aplicação, em maior ou menor escala, de algumas receitas neoliberais. O prognóstico obscuro de Roberto Kelly apresentava problemas semelhantes às demais economias do mundo em recessão: a combinação inédita de altas taxas de inflação concomitantes a baixos índices de crescimento (ANDERSON, 1995, p. 10); o contexto acabou por produzir reduções

nos níveis necessários de lucros das empresas, iniciando uma espiral inflacionária que aparentava não ter solução. Este momento garantiu a relevância internacional anteriormente ausente ao pensamento neoliberal, a partir da evidência concreta de que o modelo vigente ao longo do pós-guerra havia definitivamente entrado em crise.

Habilmente, pensadores como Hayek e Friedman aproveitaram a notoriedade recém-adquirida para que pudessem apresentar novos paradigmas capitalistas: o cenário inédito supracitado era, de acordo com eles, devido à excessiva força que o estado de bem-estar havia cedido aos sindicatos e ao operariado como um todo, prejudicando o mercado com suas reivindicações por programas assistenciais e aumentos salariais. Portanto, a nova postura neoliberal retomaria a estabilidade monetária e o incentivo a um ritmo crescente mantendo um forte controle da moeda e a supressão do poder de negociação dos trabalhadores. Na prática, representaria a redução drástica e contenção dos gastos sociais do estado, abrindo este espaço para a iniciativa privada; eliminar ou reduzir os instrumentos reguladores dos preços e dos salários, aliando novas legislações sindicais para a manutenção de uma taxa de desemprego que favoreça a decisão do empresariado; reduções tarifárias sobre os grandes rendimentos financeiros e rendas, a fim de incentivar os grandes agentes econômicos (ANDERSON, 1995, p. 10 - 11).

No Chile, os militares se viram forçados a tomar outras direções que não àquelas aprendidas com o período ibañista de estatismo. Tornou-se claro que àquela altura não bastariam os conhecimentos castrenses, ampliando a necessidade da participação civil. Ameaçada a estabilidade nacional pela persistência da inflação, os antigos patronos dos *Chicago boys* entraram em cena novamente, buscando efetivar a preeminência destes se apropriando da insatisfação geral para incentivá-los: o Almirante Merino e o jornal *El Mercurio*, do *Edwards' Group*, como Zárate demonstra em *Estatismo y neoliberalismo*, empregaram um intenso bombardeio discursivo para o convencimento, argumentando em favor da eficiência no trato econômico, sem poupar esforços para desacreditar os opositores. As edições do *El Mercurio* repetidamente ressaltaram que a recessão enfraquecia o país perante os vizinhos, agravando as angústias da Junta de Governo; em seguida, apresentavam diversas melhorias que a virada total para o monetarismo lhes traria, contribuindo para a construção da imagem dogmática e infalível da agenda.

Com a referida notoriedade adquirida mundialmente, a conquista do volante do direcionamento econômico chileno parecia estar bem próxima, contudo, eram nos círculos internos à cúpula militar que se encontravam os principais empecilhos dos *Chicago boys*. Apesar do contexto

desfavorável, havia ainda uma considerável parcela da Junta Militar que se mantinha nas teorias e práticas pregressas, nutrindo desconfianças para com a abertura total ao mercado internacional e a retirada da participação estatal nos principais setores econômicos do Chile, além de ressalvas quanto à insensibilidade idealista dos monetaristas às consequências sociais de suas políticas. Gustavo Leigh, general comandante da Força Aérea, foi aquele que pessoalmente se colocou como opositor dos programas monetaristas pelas razões descritas acima, e possuía semelhantes no *Comité Asesor de la Junta* (COAJ), que, como o nome dizia, assessorava a Junta de Governo, sendo composta apenas por militares. Entre 1973 a 1975, coexistiram os pequenos intentos monetaristas com o planejamento militar tradicional, porém à medida que o contexto nacional e internacional passou a antever a hegemonia neoliberal, os militares resistentes aos novos projetos buscaram impedir o fluxo: “Eu combati os *Chicago boys*, discuti com muitos deles, porque não aceitava este sistema de ação puramente econômica em que se desconheciam os problemas sociais” – disse o gen. Leigh em uma entrevista posterior ao período (MARRAS, 1998, p. 134). Foi pela indicação de Leigh que dois de seus partidários assumiram o comando do Ministério da Coordenação Econômica, o engenheiro da democracia cristã Raúl Sáez, e o Ministério do Trabalho, com o Gen. Nicanor Díaz. Ambos apresentaram projetos opostos aos caminhos pensados pelos monetaristas para a emergência inflacionária, optando por um programa gradual de medidas, de forma a atenuar os impactos produtivos e sociais decorrentes.

Não obstante a divergência teórica, criou-se nesse momento dois pólos distintos de poder no interior da Junta: Pinochet e o oficialato compromissado com a virada monetarista (o maior exemplo sendo o Alm. Merino) e o gen. Leigh e aqueles com ressalvas para com os *Chicago boys*. Pensando puramente na autoridade, não eram auspiciosos os sinais de que uma contenda entre oficiais de altíssimo escalão membros da Junta de Governo trazia para a estabilidade do regime. Leigh, desde os primeiros dias do golpe, posicionava-se com grande relevância sobre quais eram os objetivos dos militares, como visto em uma citação do início dessa seção. Tido como uma das referências intelectuais dos golpistas, evidenciada pelo peso que suas indicações continham, era perfeitamente plausível se pensar em possíveis embates diretos pelo posto de comandante máximo do Chile (ZÁRATE, 2003).

Com a passagem de 1974 para 1975, pode-se verificar o desfecho da disputa interna militar. Haja vista a necessidade de incluir os tecnocratas civis, Pinochet, uma vez convencido pelos egressos de Chicago, nomeou o então vice-presidente do Banco Central, Jorge Cauas, para assumir o posto de Ministro da Fazenda. Cauas, assim como Sáez, era engenheiro e economista e também integrou a Democracia Cristã durante o governo de Eduardo Frei (1964 – 1970). Entretanto, encontrava-se

divergindo de seu semelhante, ao receber apoio dos *Chicago boys* para o manejo do ministério. Estes o assessoraram na elaboração do *Plán de Recuperación Económica*, cujo alvo era a estabilização definitiva da inflação (que em 1974 alcançou 369,2%) e o enfrentamento do déficit fiscal (MONTES, 2016, p. 131). Marcando a derrota de Leigh e seus partidários, o próprio Milton Friedman visitou o Chile em abril de 1975, convidado pela *Fundación de Estudios Económicos* para tratar das soluções para a situação chilena; na ocasião o termo *shock treatment* foi usado para caracterizar o projeto de recuperação. O tratamento de choque se inicia um mês após a primeira das visitas de Friedman, com o anúncio oficial do plano de Cauas. Esta visita marcou uma série de interações entre o professor e o Chile que ajudaram a concretizar a preeminência monetarista.

Os anos seguintes presenciaram os movimentos da facção vitoriosa para estabelecer sua hegemonia. Verónica Zárata sintetiza perfeitamente os diversos fatores observados por Pinochet ao cristalizar o projeto neoliberal. O giro ideológico proposto seria dificultado com a presença majoritária de oficiais e civis que por décadas estiveram alinhados ao arcabouço estatista; as duas décadas anteriores atestavam a relutância que os chilenos apresentaram aos *Chicago boys*. Portanto, Zárata aponta que à medida que o gen. Pinochet era conquistado pelo monetarismo, gradualmente uma renovação da oficialidade foi promovida, a fim de que novos homens, abertos ou adeptos ao neoliberalismo, operassem o estado (ZÁRATE, 2001, p. 225 - 226). A pressão que a situação calamitosa exercia gerava a urgência por resultados positivos, e assim que o Presidente foi convencido, no decorrer dos anos a renovação foi feita para facilitar o projeto. Aqueles militares ou civis, que permaneceram após as trocas e mantinham as ideologias pregressas, resignaram-se em um ato de lealdade ao Comandante em Chefe para manterem o posto.

Noutro aspecto da renovação, Chateau levanta a questão do embate silencioso pelo comando do regime. Anteriormente, esta seção tratou do risco à estabilidade da Junta pelo fato de que o gen. Leigh e uma grande parcela do COAJ se opunham à radicalidade liberal; e como visto desde o princípio do golpe, o comandante da Força Aérea colocava-se como um dos líderes ideológicos dos militares. A renovação, de acordo com o autor, não somente viabilizava o *shock treatment* como também efetivava a autoridade do Exército sobre as demais forças, bem como a autoridade de Pinochet sobre os demais comandantes em chefe da Junta e o Comitê Assessor (CHATEAU, 2012, p. 190 - 191). Com esse golpe de força, Pinochet garantia em sua personalidade o comando total do país e a palavra final sobre o direcionamento econômico, que ao longo da década ganhava notoriedade e credibilidade para a resolução da crise.

A substituição de Cauas, em 1974, é a primeira medida das renovações; logo em seguida o regime convoca Sergio de Castro, desta vez de fato um ex-aluno de Chicago. Este assumiu em abril de 1975 como Ministro da Economia, logo após a visita de Friedman. No mesmo ano, Sáez deixou o comando de seu ministério, e em 1978, o gen. Gustavo Leigh é retirado da Junta de Governo, completando o processo (ZÁRATE, 2001, p. 170).

Partindo de 1975, os *Chicago boys* dirigiram o Estado chileno com relativa liberdade até pouco depois do fim da década. Uma vez recebido o aval militar, empenharam-se num processo bastante ortodoxo de reforma neoliberal, desta vez superando a postura gradualista e agindo diretamente sobre as bases estruturais do modelo pregresso de Estado. Em resumo, o programa apresentou resultados positivos, passando a ser conhecido como o milagre econômico chileno; cabe ressaltar que os êxitos foram acompanhados, segundo Chateau (2012, p. 224), por um “excesso de otimismo, e ataques às críticas de economistas opositores”. Ademais, estes ataques superaram simples debates teóricos, e neste momento o Chile experimentou um aumento das atividades repressoras:

Coincidente com isso (o começo da reforma monetarista) foi o aumento da repressão seletiva e a influência da polícia secreta do regime, a DINA (a partir de 1974), encarregada não só do combate aos opositores reais ou imaginários do regime, mas, sobretudo, de gerar temor na população e assim evitar qualquer tipo de contestação social às medidas econômicas. Um pacote de reformas tão radicais não se podia levar a cabo sem um marco repressivo de acordo à profundidade e rapidez das mudanças impostas desde o poder central. (CHATEAU, 2012, p. 191, Tradução nossa)²³.

Tanto Chateau como Ramos, citado anteriormente, explicitam a aliança entre o aparato repressor da ditadura, e o projeto radical monetarista. Como visto, as campanhas iniciais de extinção de opositores e encerramento das atividades políticas abriram espaço para a consolidação do receituário neoliberal como um sistema dogmático, um conjunto de ideias que não admitia contestações. A capacidade de atuação do Estado, segundo Tomás Moulian (1997), “não poderia estar limitada nem pela lei nem pela moral, ela deveria possuir uma flexibilidade e elasticidade absolutas”. Passados os períodos de expurgo e extinção da oposição à esquerda, da eliminação de oposições internas, e sob um constante bombardeio ideológico por parte da mídia oficialista, se iniciou um período de ortodoxia fanática em torno do monetarismo.

²³ No original: “Coincidente con ello [o começo da reforma monetarista] fue el aumento de la represión selectiva y la influencia de la policía secreta del régimen, la DINA (a partir de 1974), encargada no solo de combatir a los opositores reales o imaginarios del régimen, sino sobre todo generar temor en la población y así evitar cualquier tipo de contestación social a las medidas económicas. Un paquete de reformas tan radicales no podía llevarse a cabo sin un marco represivo acorde a la profundidad y rapidez de los cambios impuestos desde el poder central.”

Sobre os indicadores apresentados pelo regime, trata-se de cifras após aproximadamente cinco anos de aguda recessão; ainda que apontem um crescimento considerável, na realidade tal período representa uma recuperação em relação às taxas anteriores, por vezes antes mesmo do governo Allende. Levando tal fato em consideração, voltamo-nos para a compilação de Patrício Meller (1998, p. 176 - 177) dos seguintes números:

Redução da taxa anual de inflação, dos anteriores 600% a 1000% em 1973, para 30% em 1980 e menos de 10% em 1981; taxa média de crescimento do produto interno bruto de 8% entre 1976 e 1980; as exportações triplicaram ou quadruplicaram em relação a 1973, com um grande aumento em produtos fora dos habituais. Entre 1973 e 1980, as reservas internacionais do Banco Central saltaram de US\$ 167 milhões para US\$ 4,074 bilhões em 1980; o déficit fiscal, que em 1973 somava 21% do PIB, passou a registrar um superávit de 5,5% em 1980, e os salários reais aumentaram cerca de 9% durante os anos do *boom* chileno. Entretanto, as desigualdades advindas da ortodoxia monetarista foram ofuscadas pelas boas-novas do governo: a taxa de desemprego, instrumento visto pelos neoliberais como aliado no enfraquecimento dos trabalhadores, mantinha-se nos 15% ao longo de pelo menos seis anos; isso representou entre 500 a 600 mil chilenos em idade produtiva vivendo desempregados. Não obstante, as remunerações reais representavam menos de 40% dos níveis observados em 1970 (CHATEAU, 2012, p. 224).

Estes são indícios de uma rígida política visando à reintegração chilena ao mercado internacional, que se traduziram em reduções severas nos gastos estatais, a liberalização do mercado financeiro e fixação do câmbio monetário, logicamente ao lado de um restrito controle do trabalho e desarticulação dos sindicatos.

Na transição para a década de 1980, o sistema de fixação de câmbio nominal revelou-se como uma das principais vulnerabilidades do programa monetarista. Manuel Chateau (2012, p. 227) reúne perspectivas de diversos economistas chilenos para concluir que a manutenção irredutível deste sistema acarretou numa impossibilidade de se conseguir crédito internacional, origem primária de financiamento para os anos de *boom*. Entre os anos de 1979 e 1981, as empresas nacionais perderam consideravelmente a capacidade de competição, antevendo um risco de endividamento geral, agravado pela alta taxa de desemprego duradoura.

Entre anúncios otimistas e problemas velados, Meller (1998, p. 196) aponta o teor propagandístico do “milagre”. O que explica as altíssimas somas gastas por chilenos, que acederam a créditos de fácil acesso e por vezes até se endividaram não é somente o esforço dos *Chicago boys* na

liberação irrestrita do mercado; o autor mostra como este elemento propagandístico se alia às condições econômicas criadas para incentivar o consumo – chegando à construção de centros comerciais luxuosos e a invasão de bens de consumo importados. O otimismo e a intransigência para com correntes econômicas alternativas também participam desse incentivo pela propaganda, revelando que a credibilidade científica, quase dogmática, era também um instrumento de convencimento. O milagre, sustentado em fundamentos instáveis, tratou-se de uma sucessão de políticas arriscadas, com alto teor demagógico (CHATEAU, 2012, p. 227).

Os intentos neoliberais não se restringiram somente ao rearranjo da experiência econômica chilena; como Vergara (1984, p.11) destaca, a partir de 1974 o regime abandonou um planejamento transitório para a democracia, e empenhou-se na construção de uma nova institucionalidade que assegure a sociedade das fragilidades inerentes à democracia liberal. Para tanto, não cabia mais o planejamento do regime castrense em termos de prazos e sim de metas, para que se retornasse ao governo civil a partir do momento em que se reformasse a democracia e se alterassem as bases econômicas do Estado de Compromisso.

Como se verifica, o final da década de 1970 presenciou diversas liberalizações inéditas no campo econômico, mas o objetivo de alterar por completo o Estado ainda não estava concluído. Não bastavam as mudanças no mercado financeiro, na política monetária e nas normas sindicais, mas sim em toda a estrutura social do Estado; exatamente por isso os monetaristas desejavam uma nova institucionalidade, com um novo corpo de leis que restringisse o Estado ao mínimo de atividades possíveis (o controle cambial e a ordem, que se traduz na repressão de quaisquer contestações), e alterando-o permanentemente. Ademais, eles buscavam para a nova constituição um mecanismo que impedisse a geração de facções políticas “parasitárias”, que, em sua visão, incentivavam a polarização e o clientelismo – ações que os golpistas atribuíram à UP para justificar sua retirada. Neste ponto, os *Chicago boys* compartilhavam o pensamento castrense e gremialista de “democracia protegida”, onde, ainda que se mantivesse o sufrágio, na realidade a democracia deveria ser somente um mecanismo de uma estrutura hierarquizada, que mantivesse os partidos como meras correntes de opinião. A partir desse sistema, o poder decisório da maioria estaria nas mãos dessa hierarquia burocrática, impedindo alterações radicais tanto do sistema político quanto econômico (CHATEAU, 2012, p.229).

A Junta de Governo, após a eliminação dos opositores militares e civis, iniciou a preparação de uma nova constituição federal. Visavam à consolidação das reformas empregadas desde o início do regime, e do prolongamento das mudanças para áreas até então inalteradas. Até a elaboração da Carta

constitucional em 1980, que passou a vigorar no ano seguinte, diversas das políticas neoliberais já estavam ativas no estado chileno. Este período, de pouco após o golpe militar em 1973 até 1981, é caracterizado por um forte dogmatismo neoliberal, onde fizeram a aplicação rígida de reformas econômicas pontuais. Num segundo momento, após a renovação da Junta, foram empregadas reformas mais amplas em demais setores do Estado.

Em todas as áreas reformadas pelos *Chicago boys*, o campo de ação econômica do poder público foi restringido, com a extinção de restrições e mecanismos de controle. No campo social, Chateau (2012, p. 262) demonstra que o objetivo principal era a criação de novos mercados em áreas anteriormente a cargo do poder público:

Foram tratadas separadamente [as reformas sociais] devido ao seu impacto de longo prazo nas pessoas, e à novidade que representaram, incluindo a nível internacional, em uma época onde ainda dominava internacionalmente o paradigma do Estado de Bem-Estar. A mudança sociocultural maior se produziu ao substituir a ideia de “direito social” pelo conceito de “serviço”, ao qual se determina um preço de mercado e que pode ser provido tanto por agentes públicos como privados (Tradução nossa)²⁴.

Concluiremos este artigo com um levantamento das principais reformas inseridas na Constituição de 1980, tanto no âmbito econômico quanto social, resumindo os principais objetivos destas medidas. Por fim, faremos também uma síntese sobre como as reformas monetaristas influíram nas metas tanto dos *Chicago Boys*, quanto das Forças Armadas, facilitando a compreensão dos resultados da aproximação destes dois grupos.

Ffrench-Davis (1999, p. 85 - 87), em seu balanço sobre a experiência neoliberal chilena, reúne as principais alterações feitas. Sobre a política tributária, o autor aponta que esta estava baseada em remodelar os impostos e reduzir e realocar o gasto público. Eliminam-se impostos sobre o patrimônio e sobre os ganhos de capital, substituindo-os por impostos de valor agregado ao produto. As taxas alfandegárias foram reduzidas para um nível comum de 10%, e visando a abertura total para o estrangeiro, o Chile se retirou em 1976 da zona de integração econômica do Pacto Andino.

A porcentagem do PIB destinado ao orçamento governamental reduziu em mais da metade, desde o início do regime Pinochet até 1979. O campo financeiro viu a eliminação de regulações para

²⁴ No original: “Se las ha tratado separadamente [las reformas sociales] debido a su impacto de largo plazo en las personas y a la novedad que representaron, incluso a nivel internacional, en una época donde aún dominaba internacionalmente el paradigma del Estado de Bienestar. El cambio sociocultural mayor se produjo al sustituir la idea de ‘derecho social’ por el concepto de ‘servicio’, al cual se le asigna un precio de mercado y puede ser provisto tanto por agentes públicos como privados.”

o acesso ao crédito, inclusive para crédito estrangeiro; instituições de financiamento com quase nenhuma restrição foram autorizadas a operar. Foi liberado aos bancos o estabelecimento de suas próprias taxas de juros. A privatização, como citado anteriormente, estendeu-se para além das empresas estatizadas, nacionalizadas ou mesmo expropriadas no governo Allende. Mantiveram-se pouquíssimas empresas sob o controle do Estado, e muitas delas tinham processos de licitação abertos.

Destacamos aqui a reforma trabalhista que foi ratificada com o *Plán Laboral* de 1979. Ratificada, pois consolidava diversas políticas que já estavam em atividade anteriormente. Ainda que a base legal trabalhista dos governos democráticos permanecesse, imediatamente após o golpe militar diversos dos direitos dos trabalhadores foram revertidos, principalmente na organização de greves e na negociação com os patrões. A perseguição às lideranças sindicais se somou à fragmentação do poder coletivo dos sindicatos, submetendo os trabalhadores a uma “política de ameaça e submissão em relação ao setor patronal” (CHATEAU, 2012, p. 263).

O objetivo do *Plán Laboral* era flexibilizar o mercado de trabalho chileno para melhor se adaptar ao livre-mercado. Isso representou o ataque à capacidade de organização do trabalhador, a instauração de demissões sem expressão de causa e a eliminação da indexação de salários. Tais medidas visavam à redução do custo de mão de obra, mantida pela existência de uma taxa constante de desemprego, para aumentar a competitividade chilena em relação ao exterior.

A reforma previdenciária pode ser classificada como a maior das novidades apresentadas pelos *Chicago boys*: um sistema individual de acumulação de renda em administradoras privadas de fundos de aposentadoria. As pessoas deveriam destinar uma porcentagem de seus ganhos para investi-los mensalmente em algum dos fundos, com rendimentos e condições distintas, recebendo-os após a aposentadoria. Acabando com o sistema universal de repartição da renda acumulada, o regime passou a atrair os chilenos para optarem pelas administradoras, chamadas AFPs, criando um modelo em voga desde então.

Considerações finais

A partir da década de 1970, o modelo hegemônico de política econômica mundial entrou em crise. O estado de bem-estar social e a iniciativa estatal não conseguiram lidar com os desequilíbrios no mercado petrolífero mundial, levando a um cenário inédito de estagnação econômica e inflação crescente. Aproveitando a oportunidade, teóricos de um novo pensamento econômico ganham notoriedade ao defender o abandono dos antigos métodos e a adoção de políticas econômicas baseadas

na liberdade individual: a chamada teoria neoliberal. Os neoliberais argumentam que tais práticas, amparadas no Estado, acabam por deteriorar a vitalidade da concorrência e, em decorrência, destruir a liberdade dos cidadãos. Era necessário então reduzir a atividade estatal ao mínimo possível, restringindo-a somente à manutenção da estabilidade monetária, enquanto os demais setores fossem delegados à iniciativa privada. A retirada de obrigações trabalhistas do empregador e o enfraquecimento do poder sindical contribuiriam para o reaquecimento econômico, ao garantir mais liberdade de ação ao empresariado (ANDERSON, 1995, p. 9 - 10).

Até a chegada da crise da década de 1970, alguns dos economistas monetaristas estavam envolvidos na amplificação dos seus ideais em regiões de predominância do estatismo. Milton Friedman, professor de Economia da Universidade de Chicago, foi um destes teóricos, envolvendo-se em projetos de intercâmbio de pós-graduação para alunos da Pontifícia Universidade Católica de Santiago. Tais projetos se inseriram nos programas de assistência estadunidense para a América Latina, que buscavam frear o avanço do comunismo promovendo o desenvolvimento socioeconômico (SILVA, 2008, p. 147). O resultado desse programa de intercâmbio foi o fato de que os monetaristas, egressos da universidade de Friedman, apresentaram-se como a melhor alternativa para a recuperação produtiva do país. Os chamados *Chicago Boys* reproduziram o discurso neoliberal, apontando o excesso de estatismo da Unidade Popular, e de todos os governos anteriores, como os responsáveis pela crise econômica na qual se encontrava o Chile, e que perdurou ao longo dos anos iniciais da ditadura. Disputaram com outros setores da Junta de Governo mais identificados com o estado de bem-estar social, entretanto, a partir da aliança com o general Pinochet e seus partidários, conseguiram dirigir as reformas econômicas do regime.

Como visto, a redução drástica do poder econômico do Estado foi comum a todas as reformas. As principais modificações econômicas se concentraram nos seguintes campos: o tributário, o financeiro, das empresas estatais e setores nacionalizados, e o do comércio com o exterior. Já nos instrumentos sociais, com a referida substituição da concepção de “direito social” para “serviços” prestados pelo Estado, áreas de importância chave para o sistema de Estado de Compromisso foram radicalmente alteradas. A introdução de uma lógica de mercado aos sistemas de saúde, educação, previdência e trabalho trazia consigo a coexistência de agentes públicos e privados nos serviços, bem como o surgimento de um preço de mercado associado a eles.

Para os militares, o neoliberalismo, além de compartilhar a rejeição da deliberação política pelo rigor técnico e pautar suas ações pela lógica da eficiência, garantiu uma estabilidade monetária que

possibilitou sua modernização. Aliada à liberação do acesso a crédito estrangeiro, e a partir da expansão concentrada do mercado financeiro, as instituições militares puderam continuar e aumentar seus projetos de aquisição de materiais, veículos e treinamentos, que não eram possíveis desde antes do governo Unidade Popular. O projeto político monetarista foi instrumentalizado a partir do momento em que começou a ser exitoso, consolidando em Pinochet a personalidade do regime, afastando os estatistas que disputavam com ele o protagonismo (ZÁRATE, 2001, p. 167 - 226).

Atualmente, vemos que além do legado violento deixado pela repressão ditatorial, há também um legado institucional que segue consumindo os chilenos, e que é objeto central das contendas políticas. Nas últimas décadas, desde a abertura política em 1990, velhas e novas figuras do monetarismo chileno seguem com grande prestígio e com um grande número de seguidores, ao mesmo tempo em que diversos episódios de convulsões sociais têm se levantado contra a estrutura neoliberal da ditadura. Portanto, estudar as origens do neoliberalismo e a formação de suas instituições é primordial para a compreensão do atual cenário sociopolítico na América Latina, e, de forma geral, de todo o mundo.

Referências bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo a experiência chilena**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 170 p.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.).
- BITAR, Sergio. **Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- CHATEAU, Manuel Gárate. **La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.
- COLLIER, Simon ; SATER, William F. **A History of Chile, 1808 – 1994**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DÉLANO, Manuel. TRANSLAVIÑA, Hugo. **La Herencia de los Chicago Boys**. Santiago de Chile: Eds. Ornitorrinco, 1989.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el Neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile**. Santiago de Chile: LOM EDICIONES, 1999.

GRAL. Gustavo Leigh G. "Ecos de un proceder", **Revista de la Fuerza Aérea de Chile**, N° 129, sept.-dic. 19'13.

MARRAS, Sergio. **Confesiones**. Santiago: Onitorrinco, 1998.

MELLER, Patricio. **Un Siglo de Economía Política Chilena (1890-1990)**. Santiago, Editorial Andrés Bello, 1998.

MONTES, Leonidas. **Milton Friedman y sus visitas a Chile**. Santiago de Chile: Estudios públicos, 2016.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual. Anatomía de un mito**. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

O'BRIEN, Phillip. **The New Leviathan : the Chicago Boys and the Chilean Regime, 1973 – 1980**. n°1. IDS Bulletin 13, p.38 – 50.

RAMOS, Juan Pablo Carrillo. "Poder Constituyente y Contrarrevolución. Nacimiento y consolidación del Estado Neoliberal en Chile. **Rebelión**, 10 out, 2009. Disponível em: <https://rebelion.org/nacimiento-y-consolidacion-del-estado-neoliberal-en-chile/>. Acesso em: 17 set, 2021.

SILVA, Patricio. **In the Name of Reason: Technocrats and Politics in Chile**. University Park : The Pennsylvania State University Press, 2008.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's economists: the Chicago School in Chile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. **El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet**. Chile 1960-1980. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

VALDIVIA ORTIZ DE ZARATE, Verónica. Estatismo y Neoliberalismo: um Contrapunto Militar. Chile:1973-1979. **Historia**, Santiago, vol. 34, pp. 167-226, 2001.

VERGARA, Pilar. **Auge y caída del neoliberalismo en Chile: un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar**. Santiago de Chile: FLACSO, 1984-.